



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

PORTARIA Nº 046/2021  
DE 04 DE JANEIRO DE 2021



Câmara Municipal de São Cristóvão  
*[Assinatura]*  
Rodrigues Santos  
do Deptº Pessoal

*Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato, para atuarem no Contrato mencionado, no âmbito da Câmara Municipal de São Cristóvão.*

O Presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), e

**CONSIDERANDO** que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto nos art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

**CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

**CONSIDERANDO**, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

I - Gerenciar a parte administrativa da execução contratual, no intuito de que o contrato transcorra de forma regular;

II - Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;

III - Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;

IV - Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais;

V - Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse na prorrogação da mesma e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;

VI - Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;

FOLHA Nº 077/085



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO**

**VII** - Informar a área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de acréscimos, supressões ou outras alterações no objeto do contrato e promover as respectivas alterações;

**VIII** - Propor à Autoridade Competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato e realizar esse processo;

**IX** - Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

**CONSIDERANDO**, ainda, que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

**I** - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;

**II** - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

**III** - Indicar as eventuais glosas das faturas;

**IV** - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;

**V** - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;

**VI** - Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas com a execução do contrato pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;

**VII** - Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

**CONSIDERANDO**, no mais, que com essas disposições, são normatizados os procedimentos relativos à gestão e fiscalização dos contratos, no âmbito desta Câmara, contrato a contrato;



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

**CONSIDERANDO**, por fim, o estabelecimento de atribuições inerentes ao Gestor e Fiscal de Contratos, aqui previstas;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar, para atuar como Gestor e Fiscal de Contrato, exercendo todas as atribuições aos mesmos inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito da Câmara Municipal de São Cristóvão, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

I - **Carla Raimundo Santos** - CPF 267.422.415-00 – Gestor do Contrato;

II - **Hilton Rodrigues Santos** - CPF 476431.615-34 – Fiscal do Contrato.

**Art. 2º** - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 01/2021, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 01/2021.

**Parágrafo único.** Constituem-se como dados complementares:

Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
FIGUEIREDO E PINNA ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ 08.695.236/0001-00	Prestação de serviço de Assessoria Jurídica e de representação judicial da Câmara Municipal de São Cristóvão, nas esferas administrativas e judicial, competindo ao escritório contratado prestar os serviços jurídicos de consultoria e emissão de pareceres junto à comissão de licitações; atuação judicial em defesa dos interesses jurídicos da Câmara Municipal de São Cristóvão em ações constitucionais, ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança e demais ações ordinárias, compreendendo-se a atuação tanto no 1º grau de jurisdição quanto no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Tribunal Superior do Trabalho, no superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal; atuação jurídica na	Até 31 de dezembro de 2021, contado a partir da data de sua assinatura, somente podendo haver prorrogação nas hipóteses do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

FOLHA Nº 079/085



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO**

	elaboração de resoluções, decretos legislativos, análises de vetos e demais atos normativos junto à mesa diretora e as comissões, bem como o acompanhamento da pauta das sessões plenárias e das comissões, compreendendo-se a interpretação das normas contidas no regimento interno e na Lei Orgânica do município de São Cristóvão e nas constituições Estadual e Federal; e Acompanhamento da pauta das sessões plenárias e das comissões, compreendendo-se a interpretação das normas contidas no regime interno e na Lei Orgânica do Município de São Cristóvão e nas constituições Estadual e Federal, para o exercício 2021.	
--	--	--

**Art. 3º** - Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor nesta data e terá validade durante toda a vigência contratual.

São Cristóvão/SE, 04 de janeiro de 2021.

  
**Lucas Diêgo Prado Barreto Santos**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

FOLHA Nº 000/085

